

**FACULDADE DE DIREITO
DA UNIVERSIDADE DE LISBOA**

**DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO
Curso de Licenciatura
2023/2024 (1.º Semestre)**

Regente: Prof. Doutora Maria Luísa Duarte

Colaboradores: Prof. Doutor Jaime Valle; Mestre Tiago Fidalgo de Freitas;
Dra. Inês Pedreiro Gomes; Mestre Joana Gama Gomes.

2º Ano – Turma B

PROGRAMA

PARTE PRIMEIRA

A ORDEM JURÍDICA GLOBAL: FUNDAMENTOS

Capítulo 1

A IDENTIDADE DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

1. O Direito Internacional Público: relance introdutório

- 1.1. Noção adoptada
 - 1.2. Terminologia e intitulações
 - 1.3. Direito Internacional Público: um direito difícil de conhecer
 - 1.4. O Direito Internacional Público e os seus semelhantes
 - 1.5. Direito Internacional Público e Direito Interno: uma comparação virtuosa
 - 1.6. Direito Internacional Público ou Direitos Internacionais Públicos?
-
2. Formação e evolução histórica do Direito Internacional Público
-
- 2.1. O longo período de gestação do Direito Internacional Público
 - 2.2. A Paz de Vestefália e o Período Clássico (1648-1815)
 - 2.3. O Período Moderno (1815-1945)
 - 2.4. O Período Contemporâneo (1945 aos nossos dias)
-
3. A questão existencial do Direito Internacional Público: existe porque e para quê?
-
- 3.1. Principais correntes doutrinárias
 - 3.2. Posição adoptada
 - 3.3. As funções sociais do Direito Internacional Público

Capítulo 2

FONTES DO DIREITO INTERNACIONAL PÚBLICO

4. Elementos de uma teoria geral das fontes Internacionais

- 4.1. Fontes, obrigações e atos jurídicos no Direito Internacional
 - 4.2. O artigo 38.º do Estatuto do Tribunal Internacional de Justiça e a tipificação de fontes
 - 4.3. Fontes tipificadas
 - 4.3.1. A convenção internacional
 - 4.3.2. O costume internacional
 - 4.3.3. Os princípios gerais de Direito
 - 4.3.4. A jurisprudência e a doutrina
 - 4.3.5. A função atípica da equidade (ex aequo et bono)
 - 4.4. Fontes não tipificadas
 - 4.4.1. Os actos unilaterais
 - 4.4.2. O chamado *soft law*
 - 4.5. Codificação e desenvolvimento progressivo do Direito Internacional
 - 4.6. Hierarquia de fontes e hierarquia de normas – origem e estatuto das “normas fundamentais” na ordem jurídica internacional
5. Em especial, o regime normativo de celebração de convenções internacionais – aspectos fundamentais sobre o Direito dos Tratados
- 5.1. Direito dos Tratados – fontes
 - 5.2. O nascimento dos tratados
 - 5.2.1. Conclusão dos tratados
 - 5.2.2. As reservas no Direito dos Tratados
 - 5.2.3. Entrada em vigor
 - 5.2.4. Depósito, registo e publicação
 - 5.3. A vida dos tratados

- 5.3.1. Princípio *pacta sunt servanda*
 - 5.3.2. Tratados e terceiros Estados
 - 5.3.3. Revisão e modificação dos tratados
- 5.4. A morte dos tratados
 - 5.4.1. Estabilidade e verdade das relações intermediadas por Tratados
 - 5.4.2. Nulidades
 - 5.4.3. Cessaçãõ da vigência e suspensão da sua aplicação
- 6. Em especial, o procedimento de vinculaçãõ por convenções internacionais e a Constituiçãõ Portuguesa
 - 6.1. Nas Constituições históricas portuguesas
 - 6.2. Na Constituiçãõ Portuguesa de 1976
 - 6.2.1. As bases jurídicãs de abertura internacional
 - 6.2.2. O problema da distinçãõ material entre tratado e acordo
 - 6.2.3. As quatro fases principais do procedimento interno de vinculaçãõ por convençãõ internacional
 - 6.2.4. O procedimento interno de desvinculaçãõ: simetria e equivalência
 - 6.2.5. Especificidades das convenções internacionais celebradas no quadro da Uniãõ Europeia

Capítulo 3

NORMAS INTERNACIONAIS E EFICÁCIA NA ORDEM JURÍDICA PORTUGUESA

7. Articulação entre Direito Internacional e Direito Interno

7.1. Construções doutrinárias clássicas e modelos jurídico-constitucionais

7.1.1. Monismo com primado do Direito Interno

7.1.2. Monismo com primado do Direito Internacional

7.2. Tribunais internacionais e primado do Direito Internacional

7.3. Direito Internacional Público e tribunais nacionais: o efeito direto

7.4. Direito Internacional e Direito Interno: no espaço da internormatividade global

8. A Constituição Portuguesa e a eficácia jurídica das normas internacionais e eurocomunitárias

8.1. A Constituição Portuguesa e a abertura ao Direito Internacional e ao Direito da União Europeia

8.2. Incorporação e eficácia do Direito Internacional e do Direito da União Europeia na ordem jurídica portuguesa

8.2.1. Direito Internacional Geral ou Comum

8.2.2. Direito Internacional Convencional

8.2.3. Direito das Organizações Internacionais

8.2.4. Direito da União Europeia

Capítulo 4

SUJEITOS DE DIREITO INTERNACIONAL

9. O conceito de sujeito de Direito Internacional

- 9.1. Personalidade jurídica internacional: uma noção clássica que se renova
- 9.2. O Estado e os outros – que é quem no Direito Internacional
- 9.3. Em especial, o Estado
- 9.4. Em especial, o indivíduo
- 9.5. Sujeitos atípicos não estaduais
- 10. O reconhecimento da subjectividade internacional: função, natureza e critérios
- 11. Responsabilidade internacional, em especial do Estado

Capítulo 5

AS ORGANIZAÇÕES INTERNACIONAIS

- 12. Elementos de uma teoria geral das Organizações Internacionais
 - 12.1. Noção
 - 12.2. Génese e evolução
 - 12.3. Classificações
 - 12.4. Atribuições e poderes – em especial, a teoria dos poderes implícitos
 - 12.5. Membros
 - 12.6. Estrutura institucional

- 13. Principais organizações de que Portugal é membro – em especial, a Organização das Nações Unidas, o Conselho da Europa e a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP)

14. A Organização das Nações Unidas (ONU)

14.1. Enquadramento histórico

14.2. A Carta das Nações Unidas – estrutura, valor jurídico, interpretação e processo de revisão

14.3. Os membros

14.4. Os objectivos e princípios conformadores de actuação da ONU

14.5. Os órgãos e a sua competência – o princípio da efectividade institucional

14.6. O valor jurídico das resoluções da ONU

14.7. O domínio reservado dos Estados – conteúdo e sentido actual

14.8. Áreas fundamentais de actuação

13.8.1. Segurança colectiva – em especial, o Capítulo VII da Carta e a prática onusiana

13.8.2. Protecção internacional dos Direitos Humanos (aspectos gerais)

PARTE SEGUNDA

A ORDEM JURÍDICA GLOBAL: PROCEDIMENTOS DE TUTELA DOS DIREITOS E DEVERES

Capítulo 6

A PROTECÇÃO INTERNACIONAL E EUROPEIA DOS DIREITOS HUMANOS

15. Direito Internacional dos Direitos Humanos – fontes de âmbito universal e de âmbito regional

16. A protecção internacional penal
 - 16.1. A noção de crimes internacionais
 - 16.2. As jurisdições penais internacionais

17. A protecção internacional à pessoa humana em situação de particular vulnerabilidade: apátridas, refugiados e migrantes

18. A Convenção Europeia dos Direitos do Homem (CEDH)
 - 18.1. Génese e evolução
 - 18.2. O sistema jurisdicional de interpretação e de garantia da CEDH
 - 18.3. Portugal e a CEDH
 - 18.4. A CEDH e a adesão da União Europeia – um património europeu comum de direitos fundamentais

BIBLIOGRAFIA

I. Básica

- DUARTE, Maria Luísa – *Direito Internacional Público e ordem jurídica global do século XXI*, 2ª edição Lisboa, AAFDL, 2023
- DUARTE, Maria Luísa / LANCEIRO, Rui Tavares (coords.) – *O Direito Internacional e o uso da força no século XXI*, Lisboa, AAFDL, 2018.

- DUARTE, Maria Luísa / LANCEIRO, Rui Tavares / DUARTE, Francisco Abreu (coords.) – *Ordem jurídica global do século XXI – sujeitos e actores no palco internacional*, Lisboa, AAFDL, 2020
- DUARTE, Maria Luísa/ GIL, Ana Rita / FREITAS, Tiago F. – *Direitos Humanos e Estado de Direito – protecção no quadro internacional e europeu*, Lisboa, AAFDL, 2022
- DUARTE, Maria Luísa, “A teoria dos poderes implícitos e os limites da acção jurídica das Organizações Internacionais”, in *Estudos em homenagem a W. de Brito*, Almedina, 2020, p.1131-1141

II. Complementar

- AA.VV. – *The Max Planck Encyclopedia of Public International Law* (<http://www.mpepil.com>; disponível o acesso na Biblioteca da FDUL).
- AUST, Anthony – *Handbook of International Law*, 2 nd edition, Cambridge Univ. Press, 2010
- BRITO, Wladimir de – *Direito Internacional Público*, 3ª ed., Coimbra, Almedina, 2021
- CAMPOS, João Mota de (coord.) – *Organizações Internacionais*, 4ª. ed., Coimbra Editora, 2010.
- CASSESE’s *International Law* , 3 nd edition, OUP, 2020
- COUTINHO, F. Pereira, e outros (coords.) – *Os sujeitos não estaduais no Direito Internacional*, Ed. Petrony, 2019.
- DUARTE, Maria Luísa – *União Europeia e Direitos Fundamentais – no espaço da internormatividade*, Lisboa, AAFDL, 2013.

- FREITAS, Pedro Caridade – *História do Direito Internacional Público*, Cascais, Principia, 2015.
- GOUVEIA, Jorge Bacelar – *Manual de Direito Internacional Público. Uma perspectiva de língua portuguesa*, 4.^a ed., Coimbra, Almedina, 2013.
- GRAY, Christine – *International Law and the use of the force*, 4nd edition, OUP, 2018
- KACZOROWSKA, Alina – *Public International Law*, 5 nd edition, Londres, Routledge, 2016.
- KLABBERS, Jan – *International Law*, 3 nd ed., Cambridge Univ. Press, 2020
- ____ *An introduction to International Organizations*, Cambridge Univ. Press, 3 nd, 2015.
- LOPES, J. A. Azeredo (coord.) – *Regimes jurídicos internacionais*, UC Porto, 2 vols., 2020.
- MIRANDA, Jorge – *Direito Internacional Público*, 6^aed., Cascais, Principia, 2016
- RIBEIRO, Manuel de Almeida / COUTINHO, Francisco Pereira – *Jurisprudência resumida do Tribunal Internacional de Justiça*, Lisboa, D. Quixote, 2016.
- SCHUTTER, Olivier de – *International Human Rights Law*, 2 nd edition, Cambridge Univ. Press, 2014.
- WELLER, Marc (ed.) – *The Oxford Handbook of the use of force in international law*, OUP, 2015.

III. Textos normativos

- Constituição da República Portuguesa
- Rui Tavares LANCEIRO, e outros, *Colectânea de Textos de Direito Internacional Público* 4ª ed., AAFDL, 2021

Lisboa, 1 de Setembro de 2023